



(*) Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO** em 08 de Abril de 2025 às 10:06 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 e Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PARECER-CGMP-6022025, Código de validação: B18CDBD954.



Corregedoria Geral do Ministério Público

PARECER-CGMP - 6022025
(relativo ao Processo 69412025)
Código de validação: B18CDBD954

Processo Administrativo nº 6941/2025
Assunto: Licença para tratamento de saúde
Requerente: JOSÉ CARLOS FARIA FILHO

Senhor Procurador-Geral de Justiça,

Trata-se de Processo Administrativo nº 6941/2025, em que o Promotor de Justiça **JOSÉ CARLOS FARIA FILHO**, titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapecuru Mirim, solicita afastamento das atividades, para tratamento da própria saúde.

O Promotor de Justiça acostou aos autos cópia de atestado médico, datado de 03/04/2025, onde esclarece a necessidade de afastamento das atividades, por 30 (trinta) dias.

Pugnou ainda o requerente pela suspensão das férias agendadas para o período de 07 de abril a 05 de junho de 2025, concedidas por meio da PORTARIA-GAB/PGJ – 123942024, em virtude do pedido de licença para tratamento de saúde em questão.

É o breve relato.

Visando prevenir eventual prejuízo às atividades ministeriais na Comarca de Itapecuru Mirim, e em conformidade com a Resolução nº 02/2009-CPMP, esclareço que a Promotora de Justiça **ILMA DE PAIVA PEREIRA**, titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapecuru Mirim, **está apta para responder, cumulativamente, pela 1ª Promotoria de Justiça da mesma Comarca, de titularidade do requerente, no período de 03/04/2025 a 02/05/2025.**



(*) Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO** em 08 de Abril de 2025 às 10:06 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PARECER-CGMP-6022025, Código de Validação: B18CDBD954.



Corregedoria Geral do Ministério Público

Informo ainda que a Promotora de Justiça **MICHELLE ADRIANE SARAIVA SILVA DIAS**, titular da 3ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Bacabal, **está apta para officiar junto a 109ª Zona Eleitoral, perante a qual o requerente exerce funções eleitorais, o que deverá ocorrer no período de 03/04/2025 a 02/05/2025.**

Observado o requerimento pela suspensão de férias concedidas ao requerente pela PORTARIA-GAB/PGJ – 123942024, e sua concomitância com o período da licença requerida, nos termos do com previsão no art. 111, §1º, da Lei Complementar nº 13/91^[1], conjuntamente com o disposto no art. 4º, § 4º do Ato Regulamentar Conjunto nº 01/2008^[2], esta Corregedora-Geral, se manifesta pelo **deferimento** do pedido formulado a fim de que seja **suspensa a etapa de férias do Promotor de Justiça JOSÉ CARLOS FARIA FILHO (período de 07 de abril a 05 de junho de 2025)**, em conformidade com o Ato Regulamentar Conjunto nº 01/2008-GPGJ/CGMP.

Considerando que a Promotora de Justiça **ILMA DE PAIVA PEREIRA** já possui designação para responder, cumulativamente, pela 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapecuru Mirim, **no período de 07 de abril a 05 de junho de 2025 (PORTARIA-GAB/PGJ - 28462025)**, em razão das férias que ora se pretende a suspensão, bem como está indicada para atuar perante a 109ª Zona Eleitoral, no mesmo período, necessário que seja **tornada sem efeito referida portaria, considerando o pedido explícito do requerente pela suspensão das aludidas férias.**

Encaminho o feito para as providências previstas no Ato Regulamentar nº 17/2017-GPGJ, que disciplina os procedimentos administrativos para a concessão de licença dessa natureza, c/c art. 117, I, Lei Complementar nº 013/1991.

Quanto a matéria eleitoral, que seja realizada a comunicação necessária ao Procurador Regional Eleitoral.

À consideração do Senhor Procurador-Geral de Justiça.

São Luís/MA, data e hora do sistema.



(*) Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO** em 08 de Abril de 2025 às 10:06 h conforme Art. 10, § 1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PARECER-CGMP-6022025, Código de Validação: B18CDBD954.



Corregedoria Geral do Ministério Público

C4

assinado eletronicamente em 08/04/2025 às 10:06 h ()*

MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO
CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

[1] Art. 111 – As férias dos membros do Ministério Público serão determinadas em escala organizada pelo Corregedor-Geral, com base nas solicitações dos interessados enviadas até o dia 15 de outubro, conciliadas com a necessidade do serviço.

§ 1º – O Procurador-Geral poderá, **por necessidade do serviço, alterar a escala ou interromper as férias.**

[2] Art. 4º (... § 4º. O Procurador-Geral de Justiça poderá, **por necessidade do serviço, sempre em caráter excepcional**, em decisão motivada, depois de ouvir a Corregedoria-Geral, alterar a escala, suspender ou interromper as férias.